

Sustentabilidade virou pauta na Rio 92, aponta debate

Os temas ambientais devem continuar pautando a agenda internacional, disseram especialistas que participaram de sessão pelos 25 anos da conferência da ONU. **8**



Erik Solheim (E), da ONU, fala diante da mesa com Izabella Teixeira, Collor, Jorge Viana, José Goldemberg, Marcos Azambuja, Carlos Moreira Garcia e Bruna Furlan

Waldemir Barreto/Agência Senado

Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXIII — Nº 4.718 — Brasília, terça-feira, 13 de junho de 2017



Simplex Municipal pode ter primeira votação em Plenário

Proposta que cria regime simplificado de prestação de contas para pequenos municípios busca reduzir burocracia e facilitar acesso a recursos

O Plenário do Senado pode votar hoje, em primeiro turno, uma proposta de emenda à Constituição que institui o Simplex Municipal, um regime simplificado de prestação de contas para pequenos municípios. A proposta, de Antonio Anastasia, tem

o objetivo de reduzir a burocracia, simplificando a fiscalização das contas e facilitando o acesso das pequenas prefeituras a recursos. O texto tem parecer favorável de Romero Jucá.

Outra proposta que pode ser votada em primeiro turno é a que permite ao Congresso

entrar em recesso no meio do ano mesmo sem a aprovação da LDO.

Os senadores também devem concluir a votação da PEC que torna o crime de estupro imprescritível e inafiançável. O texto está pronto para ser votado em segundo turno. **3**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Paim (3º à esq.) preside audiência na CPI da Previdência que ouviu vários representantes de entidades de trabalhadores

Sindicatos querem suspender reforma da Previdência

Em audiência na CPI da Previdência, representantes dos trabalhadores pediram que a reforma que tramita na Câmara seja suspensa até a conclusão das investiga-

ções. Também confirmaram anúncio de nova greve geral e propuseram retomar a cobrança de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, extinta em 1995. **6**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Antonio Carlos Valadares (4º à esq.) preside sessão especial, solicitada por ele

Trabalho infantil afeta economia e educação, alertam especialistas

Ontem, no Dia de Combate ao Trabalho Infantil, o Senado discutiu, em sessão especial, o problema, que afeta, pelas estatísticas, 2,7 milhões de crianças e adolescentes no país. Senadores destacaram

que o trabalho infantil diminui as chances de uma boa educação de base e, por consequência, de um futuro mais promissor. Especialistas disseram que o problema é um desafio cultural para o Brasil. **2**

Comissão pede apuração ágil de mortes no campo

Após debate, a Comissão de Direitos Humanos decidiu pedir a autoridades rapidez e proteção a testemunhas na apuração das mortes de dez trabalhadores rurais no Pará. **7**

Instituição Fiscal avalia primeiro trimestre de 2017

Pela avaliação da IFI, divulgada ontem, a reforma da Previdência por si só não resolve o desequilíbrio fiscal do país, ainda em recessão no primeiro trimestre do ano. **3**

especial cidadania

Pesquisas de vacina contra microcefalia estão avançadas

A vacina contra microcefalia causada por infecção da mãe, quando gestante, pelo vírus Zika, pode começar a ser aplicada em humanos neste segundo semestre, logo depois dos testes pré-clínicos.

Ao mesmo tempo, o tratamento especializado em recém-nascidos com a doença avança. O Senado analisa projeto de lei de Eduardo Amorim que pode garantir pensão vitalícia a quem nasce com a doença. **4 e 5**



Equipe acompanha crianças com microcefalia em hospital de Brasília

Jefferson Rudy/Agência Senado

Projeto que garante transporte após o parto será votado **2**

Debate: ministro das Cidades fala no Senado amanhã **6**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Para Valadares (C), que solicitou a sessão, crise econômica afetou jovens, que têm pouca perspectiva para o futuro

Trabalho infantil é desafio para o país, aponta sessão

Ontem, no Dia de Combate ao Trabalho Infantil, o Senado promoveu uma sessão especial sobre o tema. Problema afeta economia e acesso à educação de milhões de jovens no país, destacaram participantes

SEGUNDO OS DADOS mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), referente a 2015, cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes ainda trabalham ilegalmente no Brasil. Uma triste realidade que, segundo participantes da sessão especial do Senado realizada ontem, traz um enorme prejuízo para a economia brasileira, especialmente por afetar diretamente o acesso à uma formação educacional mais condizente com a complexidade do mundo atual por parte desses milhões de jovens.

A sessão foi solicitada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Protagonismo Infante-Juvenil. Em 12 de junho é celebrado o Dia de Combate ao Trabalho Infantil em todo o mundo.

Durante a sessão, Valadares citou dados do IBGE mostrando que os jovens têm sido os mais afetados pela crise econômica que se abateu sobre o país, levando ao empobrecimento e à uma sensação de ausência de perspectivas em relação ao futuro.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) voltou a defender a federalização da

educação de base como uma iniciativa que, para ele, poderia fazer com que milhões de jovens de famílias pobres por todo o país pudessem de fato priorizar a formação acadêmica em vez de trabalharem em condições precárias.

— Quando vamos assumir que a grande maioria de nossos municípios são pobres e não têm condições realmente de oferecer uma escola pública de qualidade? Não tem como! E o Brasil já possui cerca de 500 escolas públicas da melhor qualidade e são justamente as federais — disse.

O senador ressaltou que, de acordo com sua proposta (PLS 337/2016), tal processo se daria de forma gradual.

Desafio cultural

Para a procuradora Ana Claudia Rodrigues, vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Brasil de fato ainda precisa superar um “desafio cultural”, que é uma percepção por parte de milhões de famílias brasileiras que de certa forma naturalizam o trabalho precoce.

— Atuo nesta área e nos deparamos com isso, principalmente quando há a necessidade de uma renda extra, por

menor que seja, por parte de famílias pobres. Acabam empurrando essas crianças para o trabalho precoce, muitas vezes nem porque querem, mas também porque avaliam que diminuem as chances de se envolverem com drogas ou má companhias — afirmou.

O problema, como deixou claro Ana Cláudia Rodrigues, é que “nesta luta diária” os direitos fundamentais desses jovens acabam sendo fortemente violados e as perspectivas de construir uma formação qualificada para o mercado de trabalho também acabam por ser gravemente prejudicadas.

A procuradora Luciane Araque advertiu que o Brasil vem descumprindo acordos internacionais relacionados à erradicação do trabalho infantil. Ela acredita que o país precisa efetivar a Lei da Aprendizagem, que, entre outros pontos, estabelece uma cota para jovens aprendizes em empresas grandes e médias.

— Não é para o jovem ter um emprego precarizado, um trabalho qualquer. Eles precisam estar inseridos numa capacitação, numa aprendizagem que lhes permita condições num mercado cada vez mais difícil. Enfim, precisam de algo que lhes dê valor — afirmou.

Audiência debate educação de brasileiros no Japão

A Comissão de Educação (CE) promove audiência amanhã, às 10h, sobre a situação do ensino e da educação de filhos de brasileiros que moram no Japão. O requerimento para o debate é do senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

Mais de 176 mil brasileiros vivem no Japão, segundo dados de junho de 2016 do Ministério da Justiça japonês. Desses,

quase 10 mil têm menos de 18 anos de idade, informou o Itamaraty.

A carga horária puxada e a falta de conhecimentos da língua japonesa em nível que permita aos pais acompanhar as atividades escolares dos filhos são alguns dos problemas enfrentados. Foram convidados para o debate as representantes do Ministério da Educação

Carla Barroso Carneiro e Maria Auriana Diniz, a representante do Ministério das Relações Exteriores Maria Luíza Lopes da Silva e o assessor parlamentar do Senado Kilton José Rocha.

A audiência contará com o serviço de língua brasileira de sinais (Libras).

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão analisa transporte para mães e recém-nascidos

A preocupação com mães e recém-nascidos é o foco de dois projetos prontos para votação na reunião de amanhã da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Um deles, o PLS 53/2017, garante a mulheres e seus bebês transporte depois do parto. O outro, o PLS 24/2016, obriga hospitais públicos e privados a oferecer orientação sobre aleitamento.

O primeiro projeto é de Regina Sousa (PT-PI). O texto determina que maternidades ofereçam transporte para a mãe e o recém-nascido até sua casa, após a alta. O serviço também deverá ser ofertado para a realização de exames de acompanhamento do bebê.

A ideia é evitar que mães e recém-nascidos sejam expostos a riscos. A senadora disse que a experiência foi

implantada no Piauí:

— Eu era secretária de Administração do Piauí e executei essa proposta. Vi mulheres subindo no ônibus com a criança no braço, a sacolinha no outro, o motorista arranca na hora que a pessoa sobe, o ônibus alto. Então, é uma condição totalmente inadequada para uma pessoa que acabou de dar à luz e para a criança.

O projeto recebeu o apoio do relator, Paulo Paim (PT-RS).

A segunda proposta é de Lúcia Vânia (PSB-GO) e tem como objetivo estimular a amamentação. Para ela, muitas mães acabam desistindo de amamentar por falta de orientação e de apoio prático nas primeiras horas após o nascimento do bebê. A proposta recebeu substitutivo de Regina, relatora do texto.

Nota da assessoria de imprensa do Senado

Em referência à notícia publicada hoje [ontem] pelo jornal *Folha de S. Paulo*, esclarecemos:

O Senado não descumpriu a decisão adotada pelo ministro Edson Fachin e comunicou, por meio de ofício número 180/2017, ao senador Aécio Neves a ação cautelar número 4.327, em que foi deferido o seu afastamento.

Em decisão liminar, o ministro determinou o afastamento do senador Aécio Neves sem determinar a forma de cumprimento da medida. Nem a Constituição Federal nem o Regimento da Casa preveem a figura do “afastamento do mandato de senador” por decisão judicial.

A direção do Senado aguarda, com serenidade, informações complementares de como deve proceder.

Assessoria de Imprensa do Senado Federal

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Água e esgoto

9h O PLS 291/2013, que separa a cobrança de água e esgoto, é um dos 10 itens da pauta.

CPI DA PREVIDÊNCIA Reunião

9h A comissão parlamentar de inquérito avalia requerimentos.

COMISSÃO DIRETORA Informações

9h30 Análise de pedidos de informação.

CAE Sabatinas

10h Sabatina de indicados à CVM e ao Cade. Depois, análise de projetos, como o PLS 354/2014, que a facilita renegociação de dívidas rurais.

CAS Reforma trabalhista

10h Análise do projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017).

CE Trabalho infantil

10h Audiência pública para lançamento de iniciativa global de combate ao trabalho infantil e à exclusão escolar.

CMA Material nuclear

11h30 Pauta de 18 itens inclui o PLC 127/2013, sobre rastreamento de materiais nucleares.

PLENÁRIO Simples Municipal

14h A PEC que cria o Simples Municipal é um dos itens da ordem do dia.

MP 773/2017 Limite para educação

14h30 Análise de relatório da MP, que autoriza estados e municípios a compensar limite constitucional da educação.

MP 782/2017 Ministério

14h30 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP, que transforma a Secretaria-Geral da Presidência em ministério.

PRESIDÊNCIA Líderes

14h30 Eunício Oliveira preside reunião de líderes partidários.

MP 783/2017 Novo Refis

14h40 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP, que institui o novo Refis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Plenário analisa Simples Municipal em 1º turno

Regime simplificado para a prestação de contas de pequenos municípios é uma das propostas de emenda à Constituição que podem ser votadas hoje pelos senadores

DEVE SER VOTADA hoje, em primeiro turno, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Simples Municipal, um regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios.

Do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta (PEC 77/2015) busca garantir tratamento diferenciado para os pequenos municípios. O objetivo é facilitar o acesso a mais recursos e tornar a prestação de contas mais condizente com a realidade que experimentam, de escassez de estrutura e mão de obra com qualificação técnica para lidar, por exemplo, com as complexidades que envolvem a celebração de acordos interfederativos.

Pelo texto, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril, a obrigatoriedade dos municípios de prestar contas e publicar balancetes ao arrecadar impostos será diferenciada para os de menor porte. O relator é Romero Jucá (PMDB-RR).

Simplificação

Com o texto aprovado, os órgãos e entidades da administração pública dispensarão aos pequenos municípios um “tra-



Autor da proposta que cria tratamento diferenciado para pequenas cidades, Anastasia conversa com o relator, Jucá

tamento jurídico diferenciado”, ao simplificar a liberação de recursos e a fiscalização das contas prestadas, inclusive quando se tratar de transferências voluntárias entre os entes da Federação. Um dos objetivos é evitar a demora na liberação de recursos e a suspensão de repasses de convênios em decorrência de trâmites burocráticos.

— A proposta vem ao encontro da ideia do governo do presidente Michel Temer e do Congresso, que é simplificar

procedimentos. Estamos querendo desburocratizar, e a PEC vai nessa direção — disse Jucá.

O relator alterou a redação da PEC para deixar claro que a intenção é adotar um sistema simplificado de prestação de contas para cidades de menor porte ou transferências de pequeno vulto. Por isso, fica proibido fracionar despesas com intuito de simplificar a liberação dos recursos e a fiscalização das contas.

Depois de a PEC ser aprovada no Senado e na Câmara

dos Deputados e promulgada como emenda constitucional, serão definidas novas regras, em lei complementar, para o cumprimento da norma.

Jucá disse ainda que, inicialmente, serão considerados municípios pequenos os com até 15 mil habitantes, universo que engloba quase 60% dos municípios brasileiros.

Estupro imprescritível

Também hoje os senadores devem concluir a votação da PEC 64/2016, que inclui

o crime de estupro na lista de delitos imprescritíveis e inafiançáveis. Pela proposta, a possibilidade de punição pelo ato não se esgotará com o passar do tempo e não será possível ao criminoso ser liberado para aguardar julgamento em liberdade mediante fiança.

Hoje o tempo de prescrição é de 20 anos, no máximo. De Jorge Viana (PT-AC), a PEC foi aprovada em primeiro turno no mês passado, com relatório favorável de Simone Tebet (PMDB-MS).

Recesso parlamentar

Deve ser votada ainda, em primeiro turno, proposta que permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a PEC 103/2015 é relatada por Anastasia.

Na justificativa da proposta, Cássio diz que a intenção é conferir ao Congresso um prazo mais elástico para conduzir o processo de elaboração da LDO sem que se tenha, ao final de cada semestre, de votar o tema no “afogadilho” devido ao prazo fixado na Constituição.

Reforma da Previdência não basta para acertar contas, diz IFI

A aprovação da reforma da Previdência que tramita no Congresso ajudaria o Brasil a equilibrar as contas e a cumprir metas inflacionária e de crescimento. Porém, por si só, a reforma previdenciária não seria o suficiente para o país enfrentar seu grande desafio de equilíbrio fiscal, que é prejudicado pela frustração de receitas do governo. São necessárias outras reformas estruturantes e maior rigor fiscal. Essa foi uma das questões analisadas ontem durante a divulgação de estudos produzidos pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, apresentou a *Nota Técnica 1*, elaborada pelo analista da instituição Rafael Bacciotti e que traz comentários sobre o resultado do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2017. Segundo Salto, embora a meta quadrimestral fiscal do governo tenha sido cumprida com folga, “a economia continua muito mal”, com o consumo das famílias e o investimento público ainda em queda.

Salto disse que a arrecadação do governo depende muito do consumo dos brasileiros e dos investimentos e gastos públicos, três áreas que estão contraídas ou até negativas.



O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, apresenta os resultados das análises de junho

Assim, os números mostram que a frustração de receitas é tão grande que ficou acima das projeções do governo e até do mercado: foram R\$ 19 bilhões de déficit no primeiro trimestre.

Agricultura

A primeira nota técnica da IFI informa que o IBGE registrou crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre de 2017 em relação ao último trimestre de 2016. Já na comparação com o primeiro trimestre de 2016, houve contração de 0,4%. A alta de 1% se deve principalmente, na avaliação da IFI, ao aumento de 4,8% no

volume das exportações (em especial produtos agrícolas, veículos automotores, petróleo e minerais metálicos).

A produção agrícola teve alta de 13,4% nos três primeiros meses de 2017 em relação aos três últimos meses de 2016. Com a mesma comparação, o PIB industrial cresceu 0,9%, com destaques para o setor extrativo de minério de ferro e petróleo e produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Já o setor de serviços, segundo a IFI, interrompeu a trajetória de queda iniciada em 2015 e manteve-se estável.

Todo esse panorama aponta, diz a nota, “para um PIB mais

fraco no segundo trimestre — com a possibilidade, inclusive, de que volte para o terreno negativo”. Além disso, diz, as variações negativas da indústria, comércio e serviços nos últimos meses “fazem com que a sustentabilidade do crescimento fique mais desafiadora”.

O documento também registra que a liberação de saques de contas inativas do FGTS pode ser um estímulo adicional positivo para a recuperação nos próximos trimestres. Entretanto, parte desses recursos será direcionada ao pagamento de dívidas, não ao consumo, já que a renda das famílias está comprometida.

Outra preocupação constante é a manutenção da taxa de desemprego em 13,6% da força de trabalho.

Ainda de acordo com a nota técnica, “as turbulências no campo político aumentaram a incerteza sobre o processo de aprovação das reformas”, como a da Previdência. Isso poderá diminuir o ritmo da queda da taxa básica de juros e desestimular o consumo, o que pode afetar negativamente a rota de crescimento.

— Parece prematuro atribuir ao desempenho do primeiro trimestre o fim da atual recessão, sendo prudente observar os resultados da economia nos meses que seguem. Por ora, a projeção para o PIB de 2017 fica mantida em 0,46%, embora avaliemos que a probabilidade de materialização de um cenário de crescimento mais baixo aumentou — diz Salto.

O *Estudo Especial 2* foi apresentado pelos autores, o diretor Gabriel Barros e o analista Josué Alfredo Pellegrini. O documento analisa a capacidade de pagamento dos estados, as situações fiscais e os riscos de crédito.

A IFI tem o objetivo de divulgar estimativas para cenários fiscais e analisar indicadores da economia.

Crianças com microcefalia têm atendimento especializado

O desenvolvimento e a qualidade de vida dos pacientes têm melhorado, e as pesquisas de uma vacina contra a zika, doença que é causa em potencial para o nascimento de crianças com microcefalia, avançam

Patrícia Oliveira

NÃO HÁ CURA para a microcefalia, mas os laboratórios estão cada vez mais perto da vacina contra a infecção provocada pelo vírus Zika. A previsão do Instituto Evandro Chagas, órgão de pesquisas vinculado ao Ministério da Saúde, é de começar a aplicação em humanos neste segundo semestre, logo depois dos testes pré-clínicos (em primatas e camundongos). Paralelamente, o tratamento especializado avança, melhorando o desenvolvimento e a qualidade de vida dos pacientes.

A vacina é desenvolvida em parceria com a Universidade Médica Branch do Texas, Estados Unidos. Os primeiros resultados são animadores: apenas uma dose foi capaz de induzir o organismo dos camundongos a produzir anticorpos que protegem contra a infecção. A imunização de mulheres em idade fértil pode ajudar a prevenir a transmissão do vírus e, conseqüentemente, a microcefalia nos bebês.

A vacina não poderá ser apli-

cada em mulheres grávidas. Para elas, o Instituto Evandro Chagas desenvolve outra tecnologia, a partir do DNA recombinante do vírus. Por causa da complexidade do quadro clínico nos casos de microcefalia, o diagnóstico precoce é importante, pois o primeiro ano de vida é um período crítico para o desenvolvimento do cérebro.

No Distrito Federal, um protocolo da Secretaria de Saúde para investigação de doenças congênitas notifica os casos suspeitos, que posteriormente são encaminhados pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs) para o atendimento nos hospitais.

— Existe uma vigilância dentro de cada hospital regional. Temos um programa com o Ministério da Saúde para fazer a notificação. E de lá, a gente faz uma investigação na casa do paciente. Com os exames e todas as informações, a gente faz a previsão e encaminha para o ambulatório — explica a epidemiologista Patrícia Gonzaga.

Com a epidemia de zika,

as gestantes que apresentam sintomas (febre, manchas pelo corpo e dor nas juntas) também passaram a ser acompanhadas. Já as crianças têm acompanhamento por até mil dias, mesmo as que nascem sem sinais da doença, pois ainda pode surgir um atraso no desenvolvimento.

Ensinar a brincar

O Hospital de Apoio de Brasília conta com uma equipe formada por duas neuropediatras, uma fisioterapeuta, uma terapeuta ocupacional, um fonoaudiólogo, uma enfermeira e uma assistente social. Uma parte importante do trabalho deles é ensinar a criança com microcefalia a brincar. É tanta dedicação que alguns dos brinquedos são doados pelos próprios profissionais de saúde.

Atualmente, o hospital atende 19 crianças encaminhadas pelo Cievs. Uma delas é Maria Helena Santos, que nasceu há um ano com microcefalia e problemas na visão. A rotina da mãe, Thaise de Almeida Santos, de 29 anos, é levar a filha para as consultas



Equipe multiprofissional do Hospital de Apoio de Brasília, com a mãe e o irmão mais velho de Maria Helena, de 1 ano

médicas duas vezes por semana.

— Eu só me desesperei no começo, porque é um baque. É estranho, muda tudo na vida. Eu tive que pesquisar o que era microcefalia e entender que demora mais para o bebê se desenvolver. Eles falam no hospital para a gente não deixar ela cair,

não deixar num cantinho quieta, para brincar com ela e estimular a fazer as coisas — relata Thaise.

O programa de reabilitação faz atendimentos periódicos para reduzir as sequelas da microcefalia nos bebês. São atividades de estimulação do desenvolvimento, com o treinamento dos

pais para repetirem em casa o que aprenderam no hospital.

— A gente vai ensinando as mães a como brincar, a como fazer a criança sentar, a alimentação, a melhor postura para uma troca de fraldas, para dar um banho. Elas precisam se organizar — diz a terapeuta

ocupacional Ana Paula Closs.

O trabalho em equipe ajuda a determinar qual é o melhor plano terapêutico para o paciente, como explica a fisioterapeuta Suyenne Figueiro Vieira.

— A criança pode ter dificuldade para segurar a cabeça, para rolar, para engatinhar. Às vezes ela pode não aceitar o toque, ter alguns movimentos repetitivos. Algumas também podem ter algum tipo de alteração na parte sensorial associada, então também se faz a estimulação visual e auditiva.

A neuropediatra Ellen Siqueira esclarece que a evolução do tratamento também depende da gravidade da lesão cerebral. — No caso dos pacientes com microcefalia, há uma variedade muito grande na evolução, depende de cada criança. Na maioria dos casos a gente percebe um atraso no desenvolvimento. E a estimulação precoce é muito importante, o mais rápido possível, porque dá o melhor resultado.

Thaise acredita no tratamento e tem esperança de que a filha vai aprender a sentar e a caminhar.

— Ela vai andar, sim, se Deus quiser. E eu vou atrás dela para tudo quanto é canto — diz.

Projeto em análise no Senado estabelece pensão por toda a vida

As crianças nascidas com microcefalia causada pelo Zika vírus na mãe poderão receber uma pensão de um salário mínimo por mês pelo resto da vida. É o que estabelece projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que aguarda análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde a relatora é Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo Eduardo Amorim (PSC-SE), autor do PLS 255/2016, como a doença tem conseqüências graves e permanentes, a iniciativa busca minimizar

o sofrimento e reforçar o orçamento das famílias.

— Diante da gravidade da situação e dos enormes prejuízos físicos e emocionais causados nas crianças microcéfalas e em seus familiares, julgamos que o poder público deve assumir sua parte da responsabilidade e, além de lhes prestar assistência à saúde e educação integral, garantir-lhes o pagamento de benefício mensal e vitalício, com o intuito de custear parte dos enormes gastos necessários para propiciar vida digna a esses indivíduos — explica.



Eduardo Amorim defende que o Estado custeie parte dos gastos com saúde

Hospital oferece acompanhamento em nove capitais

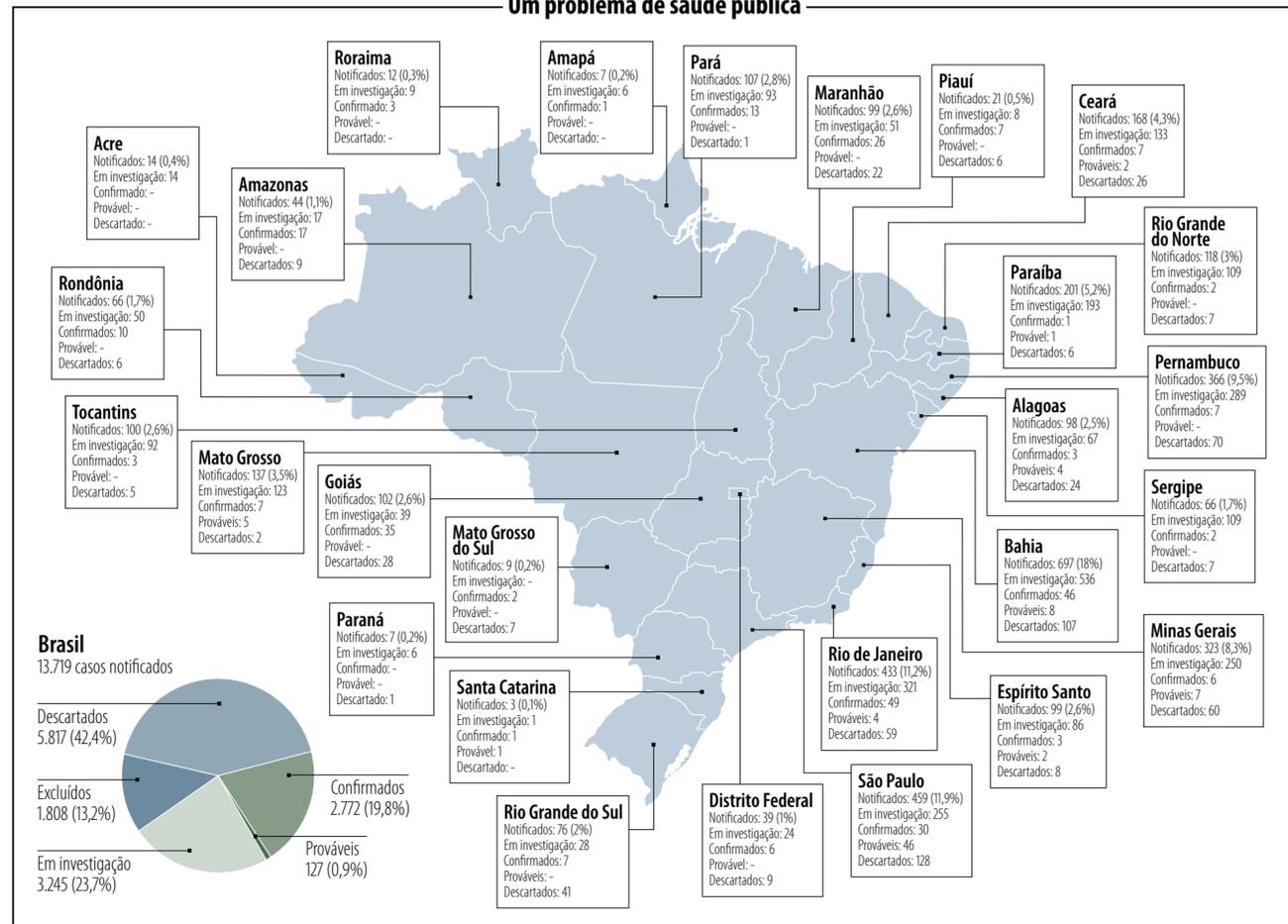
Os hospitais da Rede Sarah também têm profissionais especializados para orientação às famílias e para a avaliação clínica e os exames necessários ao diagnóstico e ao acompanhamento das crianças com microcefalia. O tratamento é gratuito e pode ser agendado no site do hospital (*veja em Saiba Mais*), que tem unidades em nove capitais: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Macapá, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís.

Para levar o filho aos hospitais, os pais podem conseguir passe livre no transporte coletivo por meio de laudos médicos que comprovem a doença. A criança também pode receber o benefício de prestação continuada, no valor de um salário mínimo mensal para comprar, por exemplo, medicamentos, fraldas e leite especial. O direito depende da renda mínima por pessoa da família.

Thaise está buscando esse benefício. Ela, que já tinha um filho de 7 anos, teve que parar de trabalhar para cuidar da filha.

— Dei entrada no benefício para ela e estou esperando.

Um problema de saúde pública



Fonte: Boletim Epidemiológico 17 de 2017, do Ministério da Saúde

Casos de contaminação pelo vírus Zika vêm caindo, segundo o Ministério da Saúde

A investigação de pesquisadores brasileiros, principalmente do Nordeste, sobre a relação entre a microcefalia e o vírus Zika, transmitido pelo *Aedes aegypti*, deu ao Brasil papel de destaque na prevenção a novos casos. Tanto que a infectologista Celina Turchi, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) de Pernambuco, foi incluída na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista *Time* em 2017.

No Brasil, só este ano, até o dia 10 de maio foram confirmados 293 casos de microcefalia e outras alterações do sistema nervoso de bebês causadas pelo vírus na mãe quando gestante. Desde o início das investigações, em outubro de 2015, houve a confirmação de 2.772 casos de microcefalia por infecção. A maioria dos casos em monitoramento está no Nordeste (47,4%), seguindo-se o Sudeste (33,9%) e o Norte (9,0%). Os cinco estados com maior número de casos em monitoramento são Bahia (18,0%), São Paulo (11,9%), Rio de Janeiro (11,2%), Pernambuco (9,5%) e Minas Gerais (8,3%).

A boa notícia é que, em maio, o Ministério da Saúde declarou o fim da emergência em saúde pública de importância nacional relacionada ao vírus Zika e à microcefalia. O período durou 18 meses. Até 25 de março, o Ministério da Saúde registrou

queda expressiva dos casos de zika, resultado das medidas de combate ao *Aedes aegypti*, em parceria com os estados e municípios. Foram 4.894 casos no país, o que significa uma redução de 97% em relação a 2016.

Entre os fatores que contribuíram para a queda dos casos, está a mobilização nacional contra o mosquito. As grávidas são orientadas a adotar medidas como eliminar os criadouros, manter portas e janelas fechadas ou com telas, vestir calça e camisa de manga comprida e usar os repelentes permitidos.

Diagnóstico

A microcefalia é identificada pelo tamanho da cabeça da criança, bem menor que o de outras da mesma idade e sexo. Com menos espaço para o cérebro crescer, pode haver sérias conseqüências no desenvolvimento, como dificuldades na coordenação motora e equilíbrio, atraso no crescimento, na linguagem e no aprendizado, epilepsia e paralisia cerebral.

Nos exames pré-natais, a ultrassonografia é bastante precisa para diagnosticar as máis-formações cerebrais. Mas também no nascimento e depois dele é possível detectar a microcefalia.

Além das infecções por vírus e das causas genéticas, vários fatores podem desencadear a

microcefalia, como o consumo de drogas, álcool e alguns medicamentos durante a gravidez.

— A maior gravidade nessa infecção ocorre no primeiro

trimestre da gestação, durante a formação dos órgãos do recém-nascido. O vírus pode prejudicar o desenvolvimento desses órgãos. E o principal de-

les é o sistema nervoso central, o cérebro da criança — explica o infectologista Fernando Gatti de Menezes, do Hospital Israelita Albert Einstein.



Principal modo de transmissão do vírus da zika é pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. Gestantes devem ter atenção especial

Saiba mais

Projeto de pensão
<http://bit.ly/PLS255de2016>

Rede Sarah
<http://bit.ly/SarahMicrocefalia>

Ministério da Saúde
<http://bit.ly/PortalSaudeZika>

Entrevista de Celina Turchi
<http://bit.ly/CelinaTurchi>

Veja o vídeo da Agência Senado sobre o tratamento da microcefalia, o combate ao vírus Zika e os projetos de lei sobre o assunto: <http://bit.ly/projetomicrocefalia>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Sindicalistas sugerem alternativas à reforma

Em audiência na CPI da Previdência, várias entidades de trabalhadores defenderam superavit nas contas, apresentaram medidas e pediram suspensão do projeto na Câmara

REPRESENTANTES DE ENTIDADES ligadas aos trabalhadores propuseram ontem sugestões para arrecadação de recursos e medidas para impedir a continuidade da reforma da Previdência, que está sendo analisada pela Câmara dos Deputados. Eles participaram de audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, que investiga as contas da Previdência Social.

O vice-presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Flávio Werneck Meneguelli, defendeu a suspensão da tramitação do projeto de reforma até que sejam esclarecidas algumas questões. Para ele, o governo precisa indicar para onde foram os valores superavitários arrecadados nos últimos 15 anos e mostrar qual é o impacto dos seguidos parcelamentos de débitos tributários (Refis) no pagamento e saneamento das dívidas com a Previdência.

— O que se sabe hoje é que, por conta dos seguidos Refis, nós temos um insistente, para usar um termo suave, não pagamento de débitos previdenciários no Brasil. O que era para ser exceção virou regra. Ninguém paga para esperar o próximo Refis. Qual é a influência dessas empresas,

que devem seguidamente e que aplicam seguidamente o Refis, na aprovação desses refinanciamentos aqui nas Casas parlamentares? — indagou.

Meneguelli, que é policial federal, se colocou à disposição da CPI e sugeriu a colaboração de policiais aposentados nas investigações. O presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), aceitou a sugestão e pediu que ele enviasse à CPI todas as sugestões de perguntas que fez sobre a situação da Previdência.

Contabilidade

O secretário nacional de assuntos jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Aleir Ertle, afirmou que a Previdência Social é superavitária, se consideradas as contribuições sociais que o governo não inclui na conta. Para ele, não se trata de um problema contábil, mas sim de um problema político e social, com a imposição de reformas de interesse da elite e dos rentistas.

Ertle sugeriu que, caso uma auditoria independente apontasse a necessidade de ajustes, há várias opções que poderiam ser consideradas antes de uma reforma. Entre elas, está a retomada da cobrança de Imposto de Renda sobre lucros



Com a atenção do vice-presidente da CPI, Telmário Mota (D), Meneguelli pede que reforma espere por resultados de CPI

e dividendos, extinta em 1995 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, sugeriu que poderia ser criada uma contribuição social sobre grandes fortunas e sobre os rendimentos em aplicações financeiras.

Para o representante do Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (Intersindical), Antônio Carlos Cordeiro, várias entidades já mostraram dados que comprovam a falácia do déficit da Previdência. Na visão dele, não existe déficit, mas sim um processo de sonegação brutal que envolve bilhões de reais. Cordeiro também sugeriu

que a tramitação da reforma seja suspensa até que a CPI termine suas investigações.

Direitos Humanos

De acordo com a representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Rosana Colen Moreno, para quase 75% dos idosos brasileiros, a aposentadoria e a pensão são as principais fontes de renda e, para 23,4%, a renda é insuficiente para atender todas as necessidades dos aposentados. Em mais da metade dos casos (59,7%), eles são os principais responsáveis pelo

sustento financeiro da família.

Rosana indicou vários pontos em que a reforma fere convenções relativas a direitos humanos e ao trabalho. Ela propôs que sejam feitas denúncias a organizações, como o Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU e o Comitê para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Tanto ela quanto Waldemir Soares, representante da Central Sindical e Popular, afirmaram que é preciso promover a resistência civil, por meio de greves. Os representantes dos trabalhadores anunciaram uma nova greve geral para o dia 30 de junho.

Ministro das Cidades fala sobre ações da pasta CPI da Previdência quer dados sobre frigoríficos

O ministro das Cidades, Bruno Araújo, participa de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) amanhã. Ele deve apresentar as ações da pasta para 2017 e 2018. A audiência, às 9h, foi solicitada pela presidente da CDR, senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

O Ministério das Cidades é responsável pelas políticas públicas setoriais de saneamento ambiental, de habitação e de desenvolvimento urbano, entre outras. O ministro tem afirmado que os Programas Minha Casa, Minha Vida e Cartão Reforma e a regularização fundiária formam o tripé das políticas públicas de habitação no Brasil.



Entre outros temas, Araújo deve debater com os senadores políticas públicas de habitação

A CPI da Previdência quer pedir informações e ouvir representantes de frigoríficos sobre débitos com a Previdência Social. A comissão parlamentar de inquérito vota hoje, às 9h, os requerimentos do senador Lasier Martins (PSD-RS), de informações aos frigoríficos JBS, Marfrig Global Foods, Swift Armour, Margen e Nicolini, e de pedido de convocação aos representantes de alguns frigoríficos, de iniciativa de Hélio José (PMDB-DF).

Também devem ser analisados pedidos de novas audiências públicas do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CPI, e do relator Hélio José.

Amanhã, às 14h30, a CPI vai discutir o déficit e a proposta de reforma da Previdência Social, em audiência com participação de sindicatos e confede-

rações de trabalhadores. Em funcionamento desde abril, a comissão já realizou dez audiências sobre o tema.

Convidados

Foram convidados o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Roberto Tesch Auersvald; e o diretor de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), Mário Jorge dos Santos Filho.

Também devem participar do debate representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística, do Fórum Sindical dos Trabalhadores e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão cobra investigação de mortes no Pará

Senadores pediram rapidez e proteção de testemunhas na apuração de ação policial que terminou com a morte de dez trabalhadores rurais em um acampamento em Pau d'Arco

A CRIAÇÃO DE uma ouvidoria agrária nacional de atuação independente foi apoiada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O colegiado aprovou pedido às autoridades federais e paraenses para proteção de testemunhas e rapidez na conclusão das investigações relativas a uma ação policial que terminou com dez mortes de trabalhadores rurais em 24 de maio, na Fazenda Santa Lúcia, no sudoeste do Pará.

O deputado estadual Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará, denunciou alterações na cena do conflito na Fazenda Santa Lúcia e a maneira inapropriada como foram removidos os corpos das vítimas.

— Retiraram os corpos de forma desumana, em carroceria de caminhonetes, como se fossem gado. Isso já compromete as futuras investigações. O Estado não deu o menor suporte às famílias. Eu fiquei chocado. Houve de tudo lá, menos confronto. Os policiais deixaram de observar regras

claras de conduta — afirmou.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, também contestou a versão da polícia de que os policiais foram recebidos por pessoas armadas e de que houve confronto com as vítimas.

Investigações

O secretário-adjunto de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, Rogério Luz Moraes, ressaltou que os policiais foram à fazenda cumprir mandados judiciais (de prisão e de busca e apreensão). Segundo ele, não era uma ação de reintegração de posse, como parte da imprensa noticiou. Os mandados foram expedidos pela Justiça a partir de um inquérito iniciado semanas antes após a morte de um segurança particular da propriedade.

O secretário classificou o caso de lamentável e disse que as investigações estão em curso. Ele informou que está sendo investigada também a maneira como os corpos foram devolvidos aos familiares e as



Senador Paulo Paim (5º à esq.) preside debate que apoiou a criação de uma ouvidoria agrária nacional independente

denúncias de uma possível alteração na cena do crime.

Já o secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Astério Pereira dos Santos, esclareceu que Polícia Federal está atuando no caso e já identificou irregularidades na empresa responsável pela segurança na fazenda.

Retrocesso

Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a audiência foi realizada a pedido do senador Paulo Rocha (PT-PA).

Rocha lembrou outras tragédias ocorridas em terras paraenses, como o massacre de Eldorado do Carajás, há 21 anos.

— O problema no Pará é a ausência do Estado. E o pior: quando se processa um conflito desse, o Estado sempre opta por um lado — lamentou.

Os senadores disseram que o país vive um momento de retrocesso nos direitos trabalhistas, em especial no meio rural.

A senadora Gleisi Hoffmann

(PT-PR) criticou o governo Temer, formado, segundo ela, por homens brancos e ricos, e medidas políticas, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Segundo o ator Osmar Prado, representante do Movimento Humanos Direitos (MHuD), a tragédia ocorrida no Pará foi tão grosseira que os envolvidos nem estão mais preocupados em se esconder.

— O ser humano de origem pobre não vale mais nada no Brasil — lamentou.

Projeto prevê regras para renegociar crédito rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, a partir das 10h, para deliberar sobre dez projetos de lei. Entre eles, está o que institui um procedimento menos burocrático para a renegociação do crédito rural. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 354/2014, que estabelece regras para que agricultores inadimplentes possam renegociar suas dívidas com instituições financeiras que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural, será analisado pela comissão na forma de um substitutivo.

O texto, de autoria de Ana Amélia (PP-RS), define regras para esses acordos, como o estabelecimento de prazos. Para a conclusão de um processo de renegociação, está previsto até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação por igual período, “mediante comprovada justificativa”. Determina ainda que, após receber do agricultor o pedido de negociação da dívida, o banco terá até 60 dias para responder. Serão analisadas, entre outros aspectos, a proposta de quitação apresentada pelo credor e sua capacidade de cumprimento do novo acordo.

Outro projeto que está na pauta é o PLS 38/2017, de Lúcia Vânia (PSB-GO). A pro-



Projeto de Ana Amélia facilita os refinanciamentos dos produtores com bancos

posta estabelece regras para compensação aos estados exportadores, que perdem arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de produtos para a exportação estabelecida pela Lei Kandir (LC 87/1996). A proposta estabelece o montante dessa compensação em R\$ 1,9 bilhão para o exercício de 2017.

Desburocratização

A comissão também vai analisar substitutivo ao PLS 150/2016, que facilita a baixa dos registros de empre-

sas mercantis e atividades afins. O projeto, de Hélio José (PMDB-DF), estabelece que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais.

A reunião deliberativa da CAE será realizada na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, após sabatina de três indicados a cargos: dois para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e um para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Inscrição no Cadastro Ambiental Rural pode ter prazo ampliado

O prazo para inscrição das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) pode ser prorrogado até maio de 2018, caso o Código Florestal (Lei 12.651/2012) seja modificado como previsto em projeto de Romero Jucá (PMDB-RR).

A proposta (PLS 287/2015) será votada hoje, em decisão final, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Se aprovada, e se não houver recurso para votação em Plenário, segue para a Câmara dos Deputados.

De acordo com as regras em vigor, os agricultores tinham até maio de 2016 para fazer a inscrição obrigatória no CAR. O cadastro foi implantado em maio de 2014 e, inicialmente, os agricultores tiveram um ano para o cadastramento.

Baixa adesão

A baixa adesão, no entanto, levou o governo a conceder mais um ano, conforme previsão legal. Em 2016, medida provisória dilatou o prazo até 31 de dezembro de 2017.

Na avaliação de Jucá, o prazo continua insuficiente para a inscrição de todos os 5,2 milhões de estabelecimentos rurais do país.

Como observa o senador, o CAR é condição para a regula-



Substituto de Paulo Rocha passa prazo para 31 de dezembro de 2018

rização de passivo ambiental e também pré-requisito para acesso ao crédito rural.

O projeto já foi aprovado em 2015 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Em seu voto favorável ao projeto na CMA, Paulo Rocha (PT-PA) propõe a rejeição de emenda acolhida pela CRA, que estendia o prazo até 2019, por entender que entra em conflito com a Lei 13.295/2016, oriunda da medida provisória sobre o tema.

Em seu relatório, o senador oferece substitutivo que impõe a data limite de 31 de dezembro de 2018, prorrogável por um ano por ato do chefe do Executivo.

Especialistas: Rio 92 pautou sustentabilidade

Convidados de sessão temática disseram que conferência da ONU realizada há 25 anos foi a primeira a unir meio ambiente e desenvolvimento nos debates

OS CONVIDADOS DA sessão temática realizada ontem no Plenário do Senado resgataram o momento histórico da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Brasil há 25 anos, e ressaltaram que os temas ambientais devem continuar pautando a agenda internacional. A sessão foi realizada por solicitação de Jorge Viana (PT-AC) e Fernando Collor (PTC-AL). Os senadores ressaltaram que a cúpula “foi uma das maiores e mais produtivas que a Organização das Nações Unidas (ONU) já promoveu”.

Collor pediu que o Brasil “semeie o ponto de partida de uma nova transformação”. O senador propôs a criação, no âmbito do Senado, de uma instituição ambiental independente, para acompanhar o cumprimento das metas do Acordo de Paris, assinado na COP-21 (Conferência do Clima, realizada na França em 2015).

— Que revivamos, pois, os compromissos da Rio 92, porque para isso serve a lembrança de datas marcantes como esta: para perpetuar, em nós mesmos, a memória de que já fomos capazes e reunir forças para que sigamos adiante e alcancemos muito mais além — disse.

Viana disse que, no Brasil,



Collor (3º à esq.) e Viana (4º à esq.) com os convidados Erik Solheim (E), Izabella Teixeira, José Goldemberg, Marcos Azambuja, Carlos Moreira Garcia e Bruna Furlan

há quem se aproveite da crise econômica para colocar em xeque os avanços obtidos na área de meio ambiente nos últimos anos. Isso, segundo ele, ocorre por meio de propostas em análise no Congresso, como a que possibilita a venda de terras para estrangeiros, as que reduzem áreas de preservação e a que modifica as regras para demarcação de reservas indígenas.

Baixo carbono

Na avaliação de Cristovam Buarque (PPS-DF), o mundo ainda não tem a dimensão exata do que aconteceu depois de três grandes eventos sobre o meio ambiente: a Conferência de Estocolmo em 1972, a do Rio em 1992 e a Rio+20, em 2012. Para ele, ideias defendidas hoje em diversas áreas nasceram no primeiro desses eventos, em Estocolmo, na Suécia. Segundo Cristovam, a partir de 1972, as pessoas passaram a saber que havia um limite para o cresci-

mento econômico.

A ex-ministra do meio ambiente Izabella Teixeira afirmou que a agenda da Rio 92 continuará pautando todo o século 21 por falar de desenvolvimento sustentável e “apontar na direção certa”. Ela destacou a importância de o Brasil afirmar, internacionalmente, que “a agenda de baixo carbono” veio para ficar e disse acreditar que o país tenha potencial para isso.

— O Brasil tem o dever de ir em torno de três coisas que sempre foram uma marca do nosso país: capacidade de diálogo, credibilidade com entregas e o firme compromisso de não retrocesso — disse.

Erik Solheim, subsecretário-geral da Organização das Nações Unidas e diretor-executivo da ONU Meio Ambiente, destacou que as nações devem trabalhar com uma agenda conjunta para combater a poluição do ar, dos oceanos e o aumento da temperatura. Para ele, a principal mensagem

da Rio 92 é a necessidade de os desenvolvimentos econômico, social e ambiental caminharem juntos.

Pensamento

Os convidados ressaltaram o quanto a Conferência de 92 impactou na mudança de pensamento da sociedade brasileira e mundial. O ex-ministro do Meio Ambiente José Goldemberg disse que, durante o período militar, era dominante a ideia de que preocupações ambientais eram secundárias e que a prioridade era o desenvolvimento, mesmo que predatório.

Coordenador da Rio 92, Marcos Azambuja destacou que o evento foi, de certa maneira, “o marco zero de tudo o que se faz hoje a respeito da proteção ambiental”, porque casou a necessidade de preservar o planeta com a de garantir o desenvolvimento.

— Estocolmo foi uma grande conferência, mas teve um

pouco a marca do regionalismo — disse.

O presidente do Grupo de Trabalho Organizador da Rio-92, Carlos Moreira Garcia, lembrou o quanto era importante para os organizadores contar com o respaldo popular.

— Hoje ninguém mais alega que proteger o ambiente prejudica o desenvolvimento. Mas, há 25 anos, essa era uma teoria inovadora, que foi preciso difundir em palestras, entrevistas, artigos e seminários. Conseguimos passar a mensagem — afirmou.

Para os especialistas, a conferência foi uma maneira de o Brasil contestar, na prática, a imagem internacional de que o país era poluidor e destruidor do meio ambiente.

— Em 1992, o Brasil reassume uma posição maravilhosa no mundo. O Brasil, de acusado de ser um país desrespeitoso, insensível, passa a ser mocinho de filme — destacou Azambuja.



Collor avalia que China deve assumir protagonismo ambiental



Propostas no Congresso ameaçam avanços no setor, diz Viana



Senador destaca papel da Rio 92 para trazer tema à discussão

Collor critica EUA por abandonar acordo e diz que China é esperança

Fernando Collor, que era presidente da República durante a Rio 92, criticou a saída dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris e disse que, com a decisão, o presidente Donald Trump “sentenciou a humanidade ao desaparecimento paulatino e à morte”.

O senador lembrou que o ex-presidente dos EUA Barack Obama havia se comprometido, em 2015, com uma redução das emissões entre 26%

e 28% até 2025. Agora, disse, a perspectiva é de que a redução não supere 14%. Para Collor, a esperança é que a China, como maior poluidora entre as nações, assuma o protagonismo nessa luta.

— Se a China exaltava paciência, reflexão e tempo para suas decisões ontem, hoje corre contra o tempo diante da iminência de catástrofes ambientais que se anunciam com o abandono do tratado pelos EUA.

Viana condena projetos contra a preservação do meio ambiente

O presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso, Jorge Viana, afirmou que a busca por uma economia de baixo carbono no Brasil corre risco na Câmara dos Deputados e no Senado, com projetos que “alguns tentam fazer passar”, aproveitando-se da crise política, econômica e institucional.

— São propostas que diminuem o prestígio do país e põem em ris-

co as conquistas que tivemos até aqui. Está se mexendo na estrutura fundiária, urbana e rural de maneira nada responsável. Mexendo na integridade de unidades de conservação, naquilo com que o Brasil ganhou respeito no mundo, que é a demarcação de áreas indígenas.

Para o senador, fracassará a decisão do presidente Donald Trump de retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris.

Discurso sobre planeta e economia não atrai votos, afirma Cristovam

A Rio 92 tornou mais clara a posição política de que há um risco real de esgotamento dos recursos do planeta e que o consumo ilimitado não pode satisfazer as necessidades humanas, avaliou Cristovam Buarque.

O senador lamentou a dificuldade política para tratar de temas como economia, meio ambiente, desenvolvimento, sustentabilidade e demografia. Segundo

ele, “pensar o mundo não é compatível com receber votos”.

— Esses discursos nossos não dão votos, a não ser de um pequeno grupo da tribo ecologista, da tribo verde. Mas quem está desempregado quer emprego. Quem está com baixa renda quer alta renda. O discurso de que não dá para ter automóveis e que eles não levam ao bem-estar é verdadeiro, mas não é eleitoralmente positivo.